

HABEAS CORPUS Nº 570.394 - RJ (2020/0079092-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : RUBEM SOUZA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : FARLEI LOUBACK ZANON - RJ135548
RUBEM SOUZA DA SILVA - RJ141516
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : CLAUDIONOR BAPTISTA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CLAUDIONOR BAPTISTA PEREIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 0066006-83.2020.8.19.0001, indeferiu o pedido liminar (Desembargadora relatora Fernanda Fernandes Coelho Arrabida Paes).

Os autos dão conta de que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 158 e 288 do Código Penal (extorsão e quadrilha ou bando).

O paciente formulou pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar em razão da propagação do novo coronavírus (Covid-19); o pedido foi, então, indeferido pelo Juízo de primeiro grau com base na seguinte fundamentação (e-STJ fl. 38):

Compulsando-se os autos, nota-se que os fundamentos que embasaram a determinação da medida cautelar permanecem hígidos. É certo que, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, condições pessoais do acusado, por si sós, não garantem o deferimento da prisão preventiva por prisão domiciliar. Ademais, o modus operandi do crime em questão revela periculosidade dos agentes, o que torna a manutenção da custódia cautelar necessária para a tutela da ordem pública. Isto é, por ora, não há comprovação de qualquer fato superveniente e urgente que autorize o deferimento da substituição solicitada. Nesse sentido, cabe ao SEAP tomar as medidas necessárias para resguardar a integridade física dos presos, em atenção às peculiaridades de saúde que eventualmente insiram o réu em grupo de risco da covid-19.

Inconformada, a defesa impetrou *writ* com pedido liminar na Corte estadual. O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 39).

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, a defesa afirma que "O PACIENTE É PORTADOR DE DOENÇA CRÔNICA DENOMINADA DIABETES MELLITUS (CID 10-E11)" e que "a manutenção da prisão do paciente pode causar danos irreversíveis a sua saúde, podendo lhe gerar o óbito, pois se encontra no grupo de risco de vida pelo vírus COVID-19" (e-STJ fl. 9).

Alega que, "para corroborar o pedido do paciente, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL por meio de tutela provisória incidental na arguição de descumprimento de preceito fundamental ADPF 347 TPI/DF, recomendou: 'regime domiciliar aos soropositivos para HIV, diabéticos, portadores de tuberculose, câncer, doenças respiratórias, cardíacas, imunodepressoras ou outras suscetíveis de agravamento a partir do contágio COVID-19'" (e-STJ fl. 9).

Assevera que "o paciente é casado e pai de 02 (duas) crianças menores de idade, que dependem diretamente de seu auxílio financeiro"; que "o indiciado é primário e apresenta ótimos antecedentes, sendo que, pela primeira vez viu-se envolvido em fato relacionado aos meios policiais"; que "preenche todos os requisitos objetivos e subjetivos para aguardar o seu julgamento em liberdade, comprometendo-se a não deixar a cidade, comparecendo aos atos processuais e aguardando ser julgado"; e que "seria um grande equívoco juntar um homem de bem, trabalhador e pai de família no meio de grandes criminosos, com mente voltada somente para o crime" (e-STJ fls. 10 e 11).

Aduz que "concentrar todos os presos, inclusive aqueles que teriam melhores condições se mantidos em regime aberto domiciliar, prisão domiciliar, ou em liberdade por meio de substituição de prisão preventiva por outras medidas do art. 319 do CPP, é dolo consciente, não há como afastar o comprometimento cognitivo com o resultado, de gerar uma situação de contágio em massa de determinada população, para depois alegar falta de recursos médicos, configurando um quadro de concentração e extermínio de pessoas. Não é facultado ao Estado alegar falta de recursos como justificador de eventuais mortes, frise-se bem fáceis de provar evitáveis, alegar contingência e falta de recursos para fazer frente a uma demanda que o próprio Estado criou concentrando pessoas em situação de contágio em ambientes inóspitos,

insalubres" (e-STJ fl. 12).

Sustenta a inconstitucionalidade da incomunicabilidade dos presos por causa da propagação do novo coronavírus (Covid-19) – e-STJ fl. 11; a indisponibilidade do direito à integridade pessoal e à vida (e-STJ fl. 12); o cabimento da prisão domiciliar, apontando a possibilidade de que sejam estabelecidas medidas cautelares diversas da prisão (e-STJ fl. 13); que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que não há fundamentos idôneos para justificar a sua decretação (e-STJ fl. 21); e que negar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o desenrolar de seu processo constitui violação ao princípio da não-culpabilidade, ainda mais se considerarmos que ele preenche todos os requisitos para concessão da liberdade provisória (e-STJ fl. 23) .

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com a concessão da prisão albergue domiciliar (e-STJ fl. 28).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie, uma vez que, a Desembargadora consignou em sua decisão que "*a alegação de que a pandemia do COVID-19 importaria em perigo ao paciente não prospera, eis que não há qualquer comprovação nos autos, bem como na grande imprensa de contaminação no sistema carcerário que possa trazer risco à saúde do Sr. Claudionor*" (e-STJ fl. 39).

Assim, a questão formulada, notadamente diante das peculiaridades do caso, necessitam de averiguação mais aprofundada pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado. Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO

CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016).

Vale, ainda, mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio, no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a Recomendação n. 62, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a Portaria

Superior Tribunal de Justiça

Interministerial n. 7, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator